



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### RESOLUÇÃO Nº 051/2019

**O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia**, reunido em Sessão Ordinária no dia 07 de maio de 2019, deliberou, à unanimidade, pela **Homologação do Pedido de Arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

1. Inquérito Civil nº 600.9.209455/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
2. Inquérito Civil nº 003.9.228348/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
3. Inquérito Civil nº 676.1.95121/2005, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
4. Inquérito Civil nº 646.0.206767/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
5. Inquérito Civil nº 003.0.237558/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
6. Inquérito Civil nº 003.0.141211/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
7. Inquérito Civil nº 003.0.193733/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
8. Inquérito Civil nº 022.0.120085/2009, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;
9. Inquérito Civil nº 716.9.258513/2017, da Promotoria de Justiça de Ipirá;
10. Inquérito Civil nº 003.0.191953/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
11. Inquérito Civil nº 190.9.189504/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
12. Inquérito Civil nº 597.9.59422/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
13. Procedimento Ministerial nº 003.0.63757/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
14. Inquérito Civil nº 600.9.10204/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
15. Inquérito Civil nº 597.0.237401/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
16. Inquérito Civil nº 702.0.138302/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;



17. Inquérito Civil nº 681.0.220393/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
18. Inquérito Civil nº 003.9.254183/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
19. Inquérito Civil nº 003.9.141061/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
20. Inquérito Civil nº 167.9.35315/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
21. Inquérito Civil nº 167.9.39830/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
22. Inquérito Civil nº 003.0.213739/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
23. Procedimento Ministerial nº 003.9.259206/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
24. Inquérito Civil nº 003.0.123064/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Valença;
25. Procedimento Ministerial nº 696.9.68742/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
26. Inquérito Civil nº 003.9.47035/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
27. Inquérito Civil nº 003.9.45601/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
28. Inquérito Civil nº 003.1.121944/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
29. Inquérito Civil nº 167.9.46309/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
30. Inquérito Civil nº 001.9.168160/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
31. Procedimento Ministerial nº 069.9.34233/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
32. Procedimento Ministerial nº 003.0.209784/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
33. Inquérito Civil nº 003.0.55459/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
34. Procedimento Ministerial nº 189.9.13071/2019, da Promotoria de Justiça de Mutuípe;
35. Inquérito Civil nº 003.9.261930/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Consumidor;
36. Inquérito Civil nº 003.0.94631/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
37. Inquérito Civil nº 598.0.100348/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
38. Inquérito Civil nº 101.0.112263/2013, da Promotoria de Justiça de



- Itapicuru;
39. Procedimento Ministerial nº 657.9.151610/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Ipiáú;
  40. Inquérito Civil nº 003.0.75612/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  41. Inquérito Civil nº 597.9.87500/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
  42. Procedimento Ministerial nº 709.9.209633/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
  43. Inquérito Civil nº 003.1.54675/2004, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
  44. Procedimento Ministerial nº 718.0.227726/2011, da Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
  45. Inquérito Civil nº 190.0.172363/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
  46. Inquérito Civil nº 597.0.110468/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
  47. Inquérito Civil nº 306.0.201002/2011, da Promotoria de Justiça de Serra Dourada;
  48. Inquérito Civil nº 597.0.55444/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
  49. Inquérito Civil nº 003.0.172446/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Mata de São João;
  50. Inquérito Civil nº 708.0.113665/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
  51. Procedimento Ministerial nº 003.9.187380/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
  52. Procedimento Ministerial nº 003.0.16409/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  53. Inquérito Civil nº 167.9.117810/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
  54. Inquérito Civil nº 590.0.141875/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
  55. Procedimento Ministerial nº 003.0.135657/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  56. Inquérito Civil nº 003.0.82655/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.
  57. Inquérito Civil nº 003.0.233038/2011, do Grupo de Atuação Especial e Defesa da Saúde – GESAU;
  58. Inquérito Civil nº 597.0.39586/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
  59. Inquérito Civil nº 003.0.228948/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
  60. Procedimento Ministerial nº 190.9.169177/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;



61. Procedimento Ministerial nº 608.9.214192/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
62. Inquérito Civil nº 003.0.158339/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
63. Inquérito Civil nº 003.9.260514/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
64. Procedimento Ministerial nº 003.0.151289/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
65. Inquérito Civil nº 592.9.92324/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
66. Inquérito Civil nº 003.0.60566/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa – GEPAM;
67. Inquérito Civil nº 003.0.199295/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
68. Inquérito Civil nº 003.0.139204/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
69. Inquérito Civil nº 592.9.64221/20018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
70. Procedimento Ministerial nº 035.0.200647/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
71. Inquérito Civil nº 003.0.255619/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
72. Inquérito Civil nº 003.9.235311/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
73. Inquérito Civil nº 003.0.116760/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
74. Inquérito Civil nº 596.0.103959/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
75. Inquérito Civil nº 003.0.28186/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativo – GEPAM;
76. Inquérito Civil nº 608.0.37912/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
77. Inquérito Civil nº 596.9.2879/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
78. Inquérito Civil nº 003.0.108246/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
79. Inquérito Civil nº 003.1.64166/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
80. Procedimento Ministerial nº 655.0.200591/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
81. Inquérito Civil nº 003.0.207215/2012, do Grupo de Atuação Especial



- de Defesa da Saúde – GESAU;
82. Procedimento Ministerial nº 003.0.252690/2013, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial;
  83. Inquérito Civil nº 596.9.128199/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  84. Procedimento Ministerial nº 003.0.90502/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  85. Inquérito Civil nº 590.0.158166/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
  86. Inquérito Civil nº 003.0.158558/2012, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
  87. Inquérito Civil nº 708.0.10863/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
  88. Procedimento Ministerial nº 003.9.179252/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
  89. Procedimento Ministerial nº 003.9.67135/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
  90. Inquérito Civil nº 646.0.149294/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
  91. Inquérito Civil nº 003.0.67041/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  92. Inquérito Civil nº 592.0.191417/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
  93. Inquérito Civil nº 003.0.192489/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  94. Procedimento Ministerial nº 003.0.81950/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
  95. Procedimento Ministerial nº 591.9.67194/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
  96. Inquérito Civil nº 237.0.189690/2016, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;
  97. Inquérito Civil nº 003.0.145964/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

**SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público  
em exercício

**ZUVAL GONÇALVES FERREIRA**  
Procurador de Justiça  
Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros: **Washington Araújo Carigé, Regina Maria da Silva Carrilho, Maria de Fátima Campos da Cunha, Aivaldo Guimarães Cidade, Maria Augusta Almeida Cidreira Reis, Adriani Vasconcelos Pazelli e Ricardo Régis Dourado.**////////////////////////////////////